

Innovare premia práticas para melhorar Justiça

Na sua 10ª edição, iniciativa teve 463 trabalhos inscritos; prêmios serão entregues hoje em cerimônia no STF

De ações contra a violência doméstica a medidas de combate à corrupção, o Prêmio Innovare chega a uma década reconhecendo práticas de inovação na aplicação da Justiça no Brasil. Este ano, na sua 10ª edição, o prêmio teve um total de 463 tra-

balhos inscritos, número que superou em mais de 12% o total do ano passado. A iniciativa premiará os vencedores e menções honrosas de 2013 hoje, às 11h, em cerimônia no Supremo Tribunal Federal, em Brasília.

O prêmio tem seis categori-

as: Advocacia, Defensoria Pública, Juiz, Ministério Público, Tribunal e Prêmio Especial, esta uma categoria já existente antes, mas que este ano passou a aceitar inscrições de profissionais não só do Direito. Nesta edição, as categorias mais dis-

putadas foram Advocacia, com 104 inscritos, e Juiz, com 98; ao longo do ano, as práticas inscritas foram visitadas por mais de 40 consultores.

O prêmio é uma realização do Instituto Innovare, da Secretaria de Reforma do Judiciário do

Ministério da Justiça, da Associação de Magistrados Brasileiros, da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe),

do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Associação Nacional dos Procuradores da República e da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), com o apoio das Organizações Globo. ●

TRIBUNAL Botão do Pânico

Desde abril, um aparelho menor que um controle remoto ajuda mulheres a se defenderem em Vitória. Projeto do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, o Botão do Pânico, vencedor na categoria Tribunal, é um dispositivo dado a mulheres que requisitaram medidas de proteção à Justiça por serem vítimas de violência doméstica.

— Se está sob ameaça, a mulher aperta um botão, e o aparelho passa a gravar o áudio do ambiente, além de acionar uma central. Quatro agressores já foram presos dessa forma — diz o presidente do TJ-ES, Pedro Valls.



Alarme. O dispositivo do projeto do TJ do Espírito Santo

DEFENSORIA Abrigo Não É Família

Em visitas a abrigos para crianças e adolescentes em Fortaleza, os defensores públicos Julliana Nogueira

Andrade Lima e Tibério Melo de Lima passaram a ver crianças crescendo lá dentro — havia quem ficasse oito anos nesses locais. Para agilizar a volta dos menores às famílias ou sua adoção, criaram em 2011 um software, num projeto ganhador na categoria Defensoria.

— É um sistema com dados de entrada, saída e tempo de permanência da criança. Cerca de 70 já voltaram para casa e 22 foram adotadas — diz Julliana.



Infância. Julliana (esquerda) e Tibério em um dos abrigos participantes

MP Combate à Corrupção

Além de ações repressivas, Pedro Abi-Eçab, promotor em Rondônia, viu que o combate à corrupção

precisava de medidas preventivas e regulares. Implantou em 2011 a Estratégia Estadual de Combate à Corrupção, vencedora na categoria Ministério Público.

— Conseguimos que 75% dos promotores do estado aderissem à iniciativa, que inclui a cobrança a prefeituras e Câmaras para que criem portais de transparência e adotem medidas como cartões para controlar gasto com combustível — destaca Abi-Eçab.



Patrimônio público. Pedro Abi-Eçab, promotor de Justiça em Rondônia

JUIZ Cidadania Prisional

Planejamento foi a palavra-chave do projeto que o juiz Thiago Colnago implantou há 1 ano em Governador Valadares

(MG) para fazer com que presos recebessem benefícios de progressão de pena no momento certo. Antes do projeto, ganhador na categoria Juiz, isso poderia atrasar em até um ano. Hoje, não há mais nenhum atraso, diz:

— Sessenta dias antes da data prevista para o benefício, marcamos audiência para essa data. Nela, o juiz vê toda a documentação, ouve interessados e, não havendo faltas do preso, já concede o benefício no dia.



Sistema penitenciário. O juiz Thiago Colnago, de Governador Valadares (MG)

ADVOCACIA Práticas Colaborativas

Em vez de litígios que destroem famílias, acordos que as preservam. É o mote do projeto desenvolvido

desde 2011, no Rio e em São Paulo, por advogados do Grupo de Práticas Colaborativas, da área do Direito de Família e vencedor na categoria Advocacia. Nos casos atendidos, geralmente divórcios com filhos, os acordos ocorrem após encontros conduzidos por advogados, psicólogos, terapeutas infantis e consultores financeiros:

— Já atendemos a pelo menos 30 casos com êxito — diz a advogada Olivia Fürst, coordenadora do grupo.



Direito de Família. Olivia Fürst, do Grupo de Práticas Colaborativas

ESPECIAL Processo Eletrônico

— O processo judicial é uma colaboração. Entre polícia, Ministério Público, Varas de Justiça, Defensoria — diz William

Guimarães, professor de Ciência da Computação da PUC-GO e analista do MP-RO cedido ao MP-GO.

Com esse conceito, ele criou o projeto vencedor da categoria Especial. É uma análise na qual aponta como acabar com retrabalhos, poupar papel e tempo: usar o Processo Judicial Eletrônico (hoje só do Judiciário) como sistema de informações único, implantando módulos dele nos data centers de órgãos como polícias e MPs.



Dados. William Guimarães, que aponta como melhorar o uso do Processo Eletrônico

FOTOS DE DIVULGAÇÃO/MARCO ZAIBONI